

Recibo Eletrônico de Protocolo - 7414200

Usuário Externo (signatário): LUCIA LADISLAVA WITCZAK
Data e Horário: 12/12/2025 19:43:30
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 10264.211123/2025-93
Interessados:
SINDIGÊNEROS CANOAS

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- **Documento Principal:**
 - Requerimento assinado 7414194
- **Documentos Complementares:**
 - Complemento Procuração Laboral 7414196
 - Complemento Procuração Sindigeneros Canoas 7414198

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério do Trabalho e Emprego.

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO****Nº DA SOLICITAÇÃO: MR077740/2025**

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS E DO, CNPJ n. **90.093.345/0001-20**, localizado(a) à Rua Frei Orlando, 33, 401, Centro, Canoas/RS, CEP 92010-280, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). **LUCIA LADISLAVA WITCZAK**, CPF n. 012.611.350-59, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 04/04/2022 no município de Canoas/RS;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE ALVORADA, CNPJ n. 07.592.655/0001-45, localizado(a) à Rua Romênia, 40, casa, Passo do Feijó, Alvorada/RS, CEP 94810-570, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). **CARMEN LUCIA REIS PINTO**, CPF n. 339.056.900-63, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 15/09/2025 no município de Alvorada/RS;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministerio do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR077740/2025, na data de 12/12/2025, às 16:02.

_____, 12 de dezembro de 2025.

LUCIA LADISLAVA**WITCZAK:01261135****LUCIA LADISLAVA WITCZAK****059** Procurador

Assinado de forma digital por

LUCIA LADISLAVA

WITCZAK:01261135059

Dados: 2025.12.12 19:33:12 -03'00'

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS E DO**CARMEN LUCIA****REIS PINTO**

Assinado de forma digital por

CARMEN LUCIA REIS PINTO

Dados: 2025.12.12 17:15:33 -03'00'

CARMEN LUCIA REIS PINTO

Procurador

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE ALVORADA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS005506/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 15/12/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR077740/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 10264.211123/2025-93
DATA DO PROTOCOLO: 12/12/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS E DO, CNPJ n. 90.093.345/0001-20, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). LUCIA LADISLAVA WITCZAK;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE ALVORADA, CNPJ n. 07.592.655/0001-45, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). CARMEN LUCIA REIS PINTO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **empregados no comércio varejista de gêneros alimentícios**, com abrangência territorial em **Alvorada/RS**.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**CLÁUSULA TERCEIRA - DATAS E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

A partir de **1º de janeiro de 2026**, os estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios funcionarão com a utilização de empregados, em todos os domingos e feriados municipais, estaduais e federais, **exceto nos feriados de 1º de janeiro e 25 de dezembro**.

PARÁGRAFO ÚNICO

Fica estabelecido que as empresas poderão utilizar empregados na terça-feira de carnaval obedecidas, para efeito de indenização, as mesmas regras estabelecidas nesta convenção coletiva de trabalho para o labor em dias de feriado, sendo que aqueles que trabalharem neste dia, compensarão com um dos domingos laborados em fevereiro de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO

Fica assegurada aos empregados que trabalharem nos domingos e feriados uma jornada máxima de trabalho de 08 (oito) horas.

PARÁGRAFO ÚNICO

A limitação prevista no caput da presente cláusula não se aplica aos empregados contratados para o regime de 12x36.

Privacidade - Termos

CLÁUSULA QUINTA - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS NOS DIAS 24 E 31

Os estabelecimentos comerciais funcionarão até às **20 (vinte) horas** nos dias **24 e 31 de dezembro**.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA SEXTA - DAS REGRAS DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Estando as empresas representadas pelo sindicato patronal autorizadas a trabalharem com a utilização de empregados em domingos, ajustam as partes que, independentemente do gênero, os empregados que trabalharem em domingos serão dispensados do trabalho, para fins de gozo do repouso remunerado compensatório, em data a ser fixada na própria semana do trabalho em domingo, sendo que, independentemente do gênero, a cada quatro semanas o repouso semanal remunerado deverá coincidir com o domingo, ou seja, após três domingos o outro será necessariamente de repouso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Excetuam-se da regra constante no caput os empregados contratados para trabalhar somente nas sextas-feiras, sábados e domingos, que terão descanso semanal nos termos da legislação em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os empregados que trabalharem em no mínimo **03 (três)** dos domingos fixados de março de 2026 à outubro de 2026 terão direito a **01 (uma)** folga adicional a ser gozada entre o mês de março e setembro de 2026.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As empresas deverão manter no quadro mural de seu estabelecimento o horário de funcionamento do estabelecimento; o horário de trabalho de seus empregados; os seus respectivos dias de descanso e o valor do prêmio a ser pago.

PARÁGRAFO QUARTO

A relação dos empregados que trabalharão aos domingos e nos feriados deverá ser entregue quinzenalmente na sede do sindicato profissional ou enviado pelo e-mail sindec@sindec-rs.org.br ou pelo fax 3472.52.23, indicando o nome, o horário de funcionamento do estabelecimento, o horário de trabalho do empregado, o valor do prêmio e os seus respectivos dias de descanso, comprovando, na oportunidade, que o empregado, se for o caso, gozou as folgas previstas no "caput" desta cláusula. Deverá constar da relação o nome da empresa empregadora e seu CNPJ.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso a empresa venha a descumprir qualquer cláusula ajustada neste instrumento coletivo, deverá encaminhar a partir do descumprimento a relação dos empregados que trabalharão nos demais domingos e nos feriados não vedados na presente convenção, deverá ser enviada ao sindicato profissional até a quinta-feira antecedente ao domingo que será trabalhado e no caso dos feriados com antecedência mínima de 02 (dois) dias do feriado a ser trabalhado, indicando o horário de funcionamento do estabelecimento; o horário de trabalho de seus empregados; os seus respectivos dias de descanso e o valor do prêmio a ser pago.

PARÁGRAFO SEXTO

Cópias das relações a que se refere esta cláusula deverão estar à disposição da Comissão Paritária na empresa, quando do trabalho nos domingos e feriados previstos nesta convenção.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA SÉTIMA - ALMOÇO

Fica assegurado o fornecimento ou pagamento de almoço para os empregados que trabalharem nos horários estabelecidos no "caput" da cláusula terceira desde que a jornada efetiva de trabalho inicie antes e ultrapasse o horário

das 13 (treze) horas.

CLÁUSULA OITAVA - VALE TRANSPORTE

Fica assegurado o fornecimento de vale-transporte adicional para os empregados que trabalharem nos domingos e nos feriados na presente convenção coletiva.

CLÁUSULA NONA - EMPREGADOS DEMITIDOS OU EM FÉRIAS

Os dias de descanso serão indenizados pelo valor do salário/dia do empregado nas seguintes situações:

- a) empregado demitido da empresa antes das datas em que gozaria o descanso compensatório;
- b) empregado que estiver em gozo de férias na data em que deveria ocorrer o descanso compensatório; e
- c) empregado que estiver com o contrato de trabalho suspenso nos dias em que compensaria o trabalho aos domingos e feriados.

CLÁUSULA DÉCIMA - INDENIZAÇÃO PELO TRABALHO NOS DOMINGOS E FERIADOS

Ficam asseguradas as seguintes indenizações aos empregados que trabalharem em domingos e feriados:

I – Domingos

a) Empregados Geral: Os empregados que trabalharem nos domingos, receberão, para uma jornada de 08 (oito) horas de trabalho, sob a forma de indenização, o valor equivalente a, no mínimo, **R\$ 55,00** (cinquenta e cinco reais), por domingo trabalhado, valor este que não integrará o salário para qualquer efeito legal.

b) Empregado Empacotador: Os empregados que trabalharem nos domingos, receberão, para uma jornada de 08 (oito) horas de trabalho, sob a forma de indenização, o valor equivalente a, no mínimo, **R\$ 47,80** (quarenta e sete reais e oitenta centavos), por domingo trabalhado, valor este que não integrará o salário para qualquer efeito legal.

II – Feriados

a) Empregados Geral:

a.1) Os empregados em geral que trabalharem nos feriados não vedados nesta convenção coletiva, salvo no de 1º de maio, receberão, para uma jornada de 08 (oito) horas de trabalho, sob a forma de indenização, o valor equivalente a, no mínimo, **R\$ 65,00** (sessenta e cinco reais), acrescido de uma folga compensatória, por feriado trabalhado, valor este que não integrará o salário para qualquer efeito legal.

a.2) A empresa poderá optar por não conceder a folga compensatória prevista na alínea "a.1" do inciso II desta cláusula, hipótese em que pagará o valor total de no mínimo **R\$ 130,00** (cento e trinta reais), ficando a indenização condicionada a concordância individual do empregado.

a.3) Os empregados em geral que trabalharem no feriado de **1º de maio de 2026** receberão, para uma jornada de 08 (oito) horas de trabalho, sob a forma de indenização, o valor equivalente a, no mínimo, **R\$ 75,00** (setenta e cinco reais), acrescido de uma folga compensatória, valor este que não integrará o salário para qualquer efeito legal.

a.4) A empresa poderá optar por não conceder a folga compensatória prevista na alínea "a.3" do inciso II desta cláusula, hipótese em que pagará o valor total de no mínimo **R\$ 150,00** (cento e cinquenta reais), ficando a indenização condicionada a concordância individual do empregado.

b) Empregado Empacotador:

b.1) Os empregados que exercem a função de empacotador que trabalhareem nos feriados não vedados nesta convenção coletiva, salvo no de 1º de maio, receberão, para uma jornada de 08 (oito) horas de trabalho, sob a forma de indenização, o valor equivalente a, no mínimo, **R\$ 51,58** (cinquenta e um e cinquenta e oito reais), acrescido de uma folga compensatória, por feriado trabalhado, valor este que não integrará o salário para qualquer efeito legal.

b.2) A empresa poderá optar por não conceder a folga compensatória prevista na alínea "b.1" do inciso II desta cláusula, hipótese em que pagará o valor total de no mínimo **R\$ 103,00** (cento e três reais), ficando a indenização condicionada a concordância individual do empregado.

b.3) Os empregados que exercem a função de empacotador e que trabalhareem no feriado de **1º de maio de 2026** receberão, para uma jornada de 08 (oito) horas de trabalho, sob a forma de indenização, o valor equivalente a no mínimo **R\$ 65,00** (sessenta e cinco reais), acrescido de uma folga compensatória, por feriado trabalhado, valor este que não integrará o salário para qualquer efeito legal.

b.4) A empresa poderá optar por não conceder a folga compensatória prevista na alínea "b.3" do inciso II desta cláusula, hipótese em que pagará o valor total de no mínimo **R\$ 130,00** (cento e trinta reais), ficando a indenização condicionada a concordância individual do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As parcelas previstas nos incisos I e II desta cláusula são de natureza indenizatória e não integrarão o salário para qualquer efeito legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As indenizações previstas nos incisos I e II desta cláusula, serão assegurada para todos os empregados que trabalhareem em uma jornada de 08 (oito) horas. Para os empregados que laborarem nos domingos e feriados em uma jornada inferior a 08 (oito) horas fica assegurado que a indenização será proporcional ao número de horas trabalhadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As folgas compensatórias previstas nos incisos I e II desta cláusula deverá ser gozada até 30 (trinta) dias após o feriado trabalhado, e quando houver dois feriados dentro do mesmo mês, no prazo de até 60 (sessenta dias) após cada feriado trabalhado.

PARÁGRAFO QUARTO

Os empregadores que utilizarem número inferior a 20 (vinte) empregados, por domingo ou feriado, deverão pagar as indenizações previstas na presente cláusula no final do expediente.

PARÁGRAFO QUINTO

Os empregadores que utilizarem número igual ou superior a 20 (vinte) empregados, por domingo ou feriado, poderão pagar as indenizações previstas na presente cláusula ao final de cada mês.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica estabelecido que os empregados cuja atividade não dependa do supermercado abrir suas portas ao público nos domingos e feriados, tais como segurança, vigilância, manutenção e outros não perceberão as indenizações previstas na presente cláusula para o trabalho em domingos e feriados.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Os empregados contratados em regime 12x36 não farão jus as indenizações previstas na presente cláusula para o trabalho em domingos e feriados.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMISSÃO PARITÁRIA

Será obrigatória a efetiva atuação de Comissão Paritária nos domingos e nos feriados previstos na cláusula terceira. A Comissão Paritária será composta com a participação de representantes dos sindicatos convenientes com as seguintes atribuições:

- a) acompanhamento permanente do funcionamento dos estabelecimentos comerciais nas datas previstas na cláusula oitava;
- b) zelar pelo fiel cumprimento das normas contidas nesta convenção;
- c) exigir do empregador ou empregado que estiver descumprindo norma ajustada que seja a infração imediatamente sanada; e
- d) autorizar a imposição de multas e verificar seu efetivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO

Nos domingos e feriados em que é vedada a abertura dos estabelecimentos comerciais com empregados, caso não seja formado a comissão paritária, o sindicato profissional poderá efetuar todas as prerrogativas previstas nas alíneas "a" até "d" desta cláusula.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MULTA

O empregador que descumprir qualquer das cláusulas ou condições ajustadas na presente convenção coletiva, conforme apurado pela Comissão Paritária de que trata a cláusula anterior, pagará a cada empregado prejudicado multa em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo profissional, ficando vedado o funcionamento do estabelecimento no próximo domingo e/ou feriado, previsto na cláusula terceira, ao que ocorreu a infração. O valor da multa será pago diretamente ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Alvorada que terá a obrigação de repassar os valores na sua integralidade a cada empregado beneficiado.

PARÁGRAFO ÚNICO

O empregador que descumprir qualquer das cláusulas ou condições ajustadas na presente convenção coletiva, bem como funcionar seu estabelecimento com empregados em feriados e domingos não previstos na convenção coletiva, pagará a cada empregado prejudicado multa em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo profissional, ficando vedado o funcionamento do estabelecimento no próximo domingo, previsto na cláusula primeira, ao que ocorreu a infração. O valor da multa será pago diretamente ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Alvorada que terá a obrigação de repassar os valores na sua integralidade a cada empregado beneficiado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIAS DE REPOUSO

Os domingos e os feriados previstos serão considerados na presente convenção serão dias normais de trabalho, enquanto aqueles dias em que ocorrerá dispensa para fins de compensação serão considerados, para todos os efeitos legais, como repouso semanal remunerado.

}

LUCIA LADISLAVA WITCZAK
PROCURADOR
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS E DO

CARMEN LUCIA REIS PINTO
PROCURADOR
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE ALVORADA

ANEXOS

ANEXO I - ATA AGE LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

